

Proposta curricular do MEC é criticada

Para especialistas, parâmetros definidos para ensino de 1.ª a 8.ª séries são de difícil aplicação

NATAL – Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) para orientar o ensino de 1.ª a 8.ª séries, foram criticados ontem por participantes da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O principal problema não seria o conteúdo das propostas – que recebeu elogios –, mas a dificuldade de aplicá-lo diante das carências da estrutura de ensino do País.

“Os programas são ótimos, mas não há como virarem prática em sala de aula”, afirmou o professor de geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Nestor André Kaercher. “São textos para inglês ver”, concordou Joana Neves, professora de história da Universidade Federal da Paraíba.

Concebidos para indicar o que deve ser aprendido pelos alunos e o método pelo qual os professores devem ensinar, os PCNs constituem apenas uma referência para as escolas – sua aplicação, portanto, não é obrigatória. “Mas a tendência é que sejam absorvidos pela indústria do livro didático, a maior formuladora de currículos do Brasil”, disse Kaercher.

No ano passado, foram apresentados os parâmetros referentes à primeira metade do ciclo, de 1.ª a 4.ª séries. Os documentos de 5.ª a 8.ª séries devem ficar prontos em outubro. Além de tratar das disciplinas convencionais, como língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências, eles abordam temas como educação sexual, ética e cidadania.

Defesa – Única voz discordante no simpósio, o físico e professor da Universidade de São Paulo (USP) Luiz Carlos Menezes defendeu a iniciativa para a qual prestou assessoria na área de ciências. “É dever do Estado orientar a educação”, disse ele, admitindo que boa parte dos PCNs transcendem em muito o que é praticado nas escolas brasileiras. “Os parâmetros denunciam uma situação que deve ser superada.” As críticas de que as propostas são inviáveis, segundo ele, deveriam ser substituídas pela “cobrança de condições que permitam aplicá-las”.

Para Kaercher, porém, outro equívoco do MEC foi “esquecer” as diferenças regionais. “Partiram da visão de que o Brasil é um só”, observou. “Assim, vamos ensinar em Porto Alegre, Natal ou Campo Grande algo que foi bolado num gabinete de Brasília.”

De acordo com a secretária de Educação Fundamental do MEC, Iara Prado, os conteúdos trabalha-

dos são os básicos. “É o que todo estudante precisa saber”, disse ela, por telefone, ao **Estado**, lembrando que há cerca de 250 mil escolas de ensino fundamental no País, com aproximadamente 31 milhões de alunos.

Pareceres – Joana lamentou ainda que a discussão em torno dos PCNs não tenha envolvido a totalidade da comunidade acadêmica e dos professores. “Algo que vai ocorrer dentro da sala de aula não deve sair de um gabinete”, afirmou a professora. Segundo a secretária de Educação Fundamen-

tal do MEC, os PCNs de 1.ª a 4.ª séries receberam 850 pareceres de professores universitários e das Secretarias de Estado e Municipais da Educação. “Promovemos também 27 encontros com professores nos Estados”, disse ela. Para Menezes, é hora de começar a discussão: “Antes tarde do que nunca.” (D.W.)

15 JUL 1998

SECRETÁRIA

QUER

DISCUSSÃO EM

SALA DE AULA